
Por um pensar em movimento: uma proposta para investigar violência contra comunicadores, censura e liberdade de expressão no Brasil¹

Vitória Paschoal Baldin²
Universidade de São Paulo

Resumo

Este trabalho propõe uma abordagem para investigar a segurança de comunicadores no Brasil, com base na noção de deslocamento teórico de Edward Said (Traveling Theory). Diante do aumento da violência simbólica, digital e física contra comunicadores, o estudo questiona a aplicação universal de conceitos como “segurança” e “censura”, defendendo a necessidade de análises situadas em contextos marcados por desigualdades estruturais. Ao considerar marcadores como raça, gênero e território, o trabalho busca ampliar o debate sobre liberdade de expressão, oferecendo ferramentas críticas para a formulação de abordagens mais sensíveis às especificidades do Sul Global.

Palavras-chave

Comunicação; Liberdade de expressão; Segurança de comunicadores; Comunicação no Sul Global.

Introdução

A história da humanidade é também a história de seus narradores. Historicamente, os comunicadores ocupam um papel central na construção dos sentidos que sustentam o mundo social. No entanto, esse papel nunca foi isento de conflitos. Em tempos de crise — e talvez nunca tenhamos deixado de vivê-los —, os comunicadores tornam-se alvos preferenciais das disputas por hegemonia, especialmente quando desafiam verdades instituídas ou expõem estruturas de poder. A crescente violência contra comunicadores, observada no Brasil e em diversos outros países, não é mero sintoma de desordem democrática; ela revela os limites das garantias formais de liberdade de expressão diante de processos mais amplos de reconfiguração política, tecnológica e epistemológica.

A censura e a segurança de comunicadores configuram categorias em constante disputa, atravessadas por transformações históricas, contextos sociopolíticos e dinâmicas tecnológicas que desafiam concepções tradicionais. Os estudos sobre liberdade de expressão, nesse sentido, não se apresentam como a operacionalização de

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídia e Liberdade de Expressão, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda em Ciências da Comunicação no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação na Universidade de São Paulo. E-mail: vitoria.pbaldin@gmail.com

conceitos neutros ou universais, mas como resultado uma construção histórica moldada por relações de poder, interesses econômicos e disputas ideológicas — o que exige abordagens que considerem suas complexidades contextuais, especialmente quando marcada por heranças autoritárias, desigualdade estrutural e concentração midiática.

Frente a esse cenário, este artigo propõe uma abordagem analítica situada para investigar as formas contemporâneas de violência contra comunicadores, mobilizando a noção de *Traveling Theory*, de Edward Said. Ao compreender as teorias como entidades móveis — que se transformam à medida que circulam por diferentes contextos históricos, culturais e geográficos —, Said oferece uma chave para pensar a circulação e a reconfiguração de abordagens sobre “censura”, “segurança” e “liberdade de expressão” em contextos como o brasileiro.

Este trabalho não pretende estabelecer um protocolo fixo, mas refletir sobre o uso crítico e contextualizado de categorias analíticas, considerando as mediações locais e tensões geopolíticas na produção de conhecimento. Parte-se da ideia de que os conceitos são historicamente situados e politicamente disputados. Com isso, o artigo propõe uma leitura mais complexa das dinâmicas de censura e segurança, valorizando o deslocamento, a escuta e a contextualização como fundamentos de uma abordagem crítica no campo da comunicação.

A estrutura do texto está organizada da seguinte forma: inicialmente, será apresentado um panorama das formas contemporâneas de violência e censura no Brasil, situando o debate sobre liberdade de expressão no contexto latino-americano. Em seguida, discutiremos os limites da aplicação universal de determinados conceitos, propondo uma leitura situada e crítica a partir de marcadores sociais. Na terceira parte, introduz-se a noção de *Traveling Theory* e de “conceitos viajantes”, explorando suas implicações para o campo da comunicação. Por fim, propõe-se uma articulação analítica composta por três atitudes investigativas, capazes de orientar pesquisas comprometidas com as complexidades do presente.

Comunicação em crise

Vivemos uma era marcada por paradoxos comunicacionais. Ao mesmo tempo em que a circulação de informações atinge velocidades inéditas, atravessando fronteiras e algoritmos em milissegundos, os pilares que sustentam a comunicação pública, liberdade, confiança, pluralismo, mostram sinais de fratura (Dewes. 2023). No contexto

brasileiro contemporâneo, essa crise adquire contornos particularmente agudos: jornalistas são alvos recorrentes de violência, plataformas digitais tornam-se arenas de censura dissimulada, e as estruturas institucionais que deveriam garantir a liberdade de expressão frequentemente falham em sua missão. Este artigo propõe entender crise comunicacional brasileira não como um episódio isolado, mas como sintoma de uma reconfiguração mais profunda da relação entre mídia, política e sociedade. Há uma disputa simbólica em curso, na qual os mecanismos clássicos de opressão, como censura estatal, coerção física, se entrelaçam com formas contemporâneas de controle: desinformação, vigilância algorítmica, assédio digital e precarização das condições de trabalho dos comunicadores (Risso; Ramos, 2022).

Estamos, assim, diante de uma crise na comunicação, que ultrapassa a dimensão técnica ou institucional e penetra os fundamentos da esfera pública (Dewes, 2023). Essa crise manifesta-se em diversos níveis: na desconfiança generalizada em relação às instituições midiáticas e políticas, na fragilidade dos marcos regulatórios frente ao poder corporativo das plataformas, na vulnerabilidade crescente dos profissionais da comunicação e, sobretudo, na deslegitimação das formas de mediação democrática do discurso público. Um dos eixos centrais dessa crise é a erosão da confiança. A queda nas vendas de jornais, o engajamento errático em processos eleitorais e o crescimento de teorias conspiratórias não são meras anomalias conjunturais, mas sintomas de um esgotamento estrutural da forma liberal de comunicação pública (Dewes, 2023). O discurso tradicional da mídia sobre sua própria função social, como baluarte da democracia e guardião da verdade, tornou-se, para amplos setores da população, pouco convincente. Parte da imprensa responde com resistência, mobilizando conceitos como "liberdade de expressão" ou "liberdade de imprensa" e transferindo a responsabilidade da crise ao "populismo", às "fake news" ou ao "ódio".

No Brasil, a persistência do que podemos chamar de censura difusa (Risso; Ramos, 2022) ilustra as formas plurais e adaptativas que a repressão ao discurso público pode assumir. Desde a censura togada, que judicializa o silêncio, passando pela censura econômica, que reconfigura o campo cultural por meio de incentivos condicionados, até a censura da multidão, uma pedagogia do ódio disseminada em ambientes digitais, as estratégias de controle tornaram-se mais sofisticadas, menos ostensivas, porém

igualmente eficazes (Risso; Ramos, 2022). A comunicação tornou-se, simultaneamente, mais acessível e mais vulnerável.

A violência contra jornalistas no Brasil revela uma crise profunda que vai além das agressões físicas: inclui assédio digital, censura institucional e precarização econômica, muitas vezes legitimados por lideranças políticas, como Jair Bolsonaro. A autocensura cresce como reação a esse ambiente hostil. Para compreendê-la, é necessário um olhar interdisciplinar que entenda a segurança de comunicadores de forma ampla, física, psicológica, digital e financeira, considerando tanto ameaças concretas quanto percepções de risco. Essas ameaças estão enraizadas em disputas de poder e se manifestam por meio de vigilância, ciberataques, discurso de ódio e manipulação simbólica.

Repensar conceitos universais

A discussão sobre censura, segurança de jornalistas e comunicadores, e liberdade de expressão exige uma revisão crítica dos conceitos universalizados. Isso significa reconhecer os limites das definições tradicionais e propor abordagens situadas, que considerem não apenas a diversidade de experiências históricas e geopolíticas, mas também a centralidade dos marcadores sociais como raça, gênero, classe e território.

Edward Said (1983; 2001) nos alerta para os riscos da aplicação acrítica de teorias universalistas produzidas em contextos específicos do Norte Global. Esse fenômeno, que aqui denominamos de *torcicolo teórico*, aponta para a tendência recorrente de voltarmos o olhar exclusivamente para modelos hegemônicos, reproduzindo teorias deslocadas de seus contextos originais, como se fossem universais e válidas em qualquer tempo e lugar. Esse torcicolo não é apenas epistemológico, mas também político: ao priorizar referências do Norte Global, como os marcos jurídicos estadunidenses sobre liberdade de expressão ou os modelos europeus de segurança jornalística, ignora-se a complexidade das realidades latino-americanas, em que censura, insegurança e violações comunicacionais operam por vias estruturalmente enraizadas em desigualdades e processos sociopolíticos históricos.

A compreensão e a aplicação da liberdade de expressão, por exemplo, variam significativamente conforme a herança político-legislativa de cada sociedade. A liberdade de expressão, embora frequentemente tratada como um conceito universal,

assume sentidos diversos conforme os contextos históricos e jurídicos. Na tradição liberal clássica, como nos EUA, é vista como um direito quase absoluto com mínima intervenção estatal. Já em modelos sociais-democratas, como o alemão, há uma ponderação entre a liberdade de expressão e outros direitos fundamentais, como a dignidade humana, permitindo a regulação de discursos de ódio para proteger o pluralismo e a convivência democrática.

No Brasil, a Constituição de 1988 consagra a liberdade de expressão como um direito fundamental, mas o faz em um conjunto de princípios que incluem a dignidade da pessoa humana, os direitos de personalidade e o combate à discriminação. Contudo, como demonstra o caso Ellwanger³, tais limites são objeto de controvérsia e disputas hermenêuticas, que revelam diferentes hierarquias de valores constitucionais e embates ideológicos em torno do que deve ou não ser protegido como expressão legítima.

Nesse sentido, Mateo Candea propõe uma reflexão antropológica crítica sobre esse campo ao explorar duas formas distintas de comparação: a comparação frontal e a comparação lateral. A *comparação frontal*, como define o autor, é uma prática de contraste entre um “nós”, geralmente o Ocidente liberal, seus valores e instituições, e um “outro” percebido como diferente ou exótico. Essa comparação tende a reproduzir binarismos e hierarquias culturais, mesmo quando parte de uma crítica às normas liberais, pois reafirma um centro de referência supostamente universal⁴. Em contraponto, a *comparação lateral* oferece uma alternativa metodológica mais fértil para desestabilizar as certezas do discurso liberal. Em vez de opor um “nós” a um “outro”, ela propõe colocar diferentes tradições, práticas e concepções de liberdade lado a lado, sem hierarquias implícitas. Tal abordagem permite questionar a ideia de liberdade de expressão como conceito universal e absoluto, revelando que suas interpretações variam conforme contextos históricos, valores coletivos e experiências de

³ O caso Ellwanger envolveu o julgamento do editor Siegfried Ellwanger, autor de livros antisemitas que propagavam discurso de ódio. Levado ao STF, o caso gerou um debate sobre os limites da liberdade de expressão frente à proibição da discriminação étnica. Enquanto alguns ministros defenderam uma visão absolutista da liberdade de expressão, outros afirmaram que a dignidade humana pode justificar sua limitação. O caso tornou-se símbolo das tensões entre direitos fundamentais no Brasil.

⁴ Nos debates sobre liberdade de expressão, essa forma de comparação tem sido recorrente, como nas reações aos atentados contra o jornal *Charlie Hebdo*, nas quais a liberdade de expressão liberal ocidental foi frequentemente oposta a valores islâmicos tidos como restritivos ou incompatíveis com os ideais democráticos.

opressão. Essa abordagem destaca a pluralidade interna dos estudos sobre censura e liberdade de expressão, valorizando concepções periféricas ou contra-hegemônicas.

Em vez de perguntar se determinada sociedade tem "mais" ou "menos" liberdade de expressão do que outra (como faz a comparação frontal), tal perspectiva nos convida a investigar *quais formas de liberdade estão em jogo, quais valores sustentam essas formas e quais vozes são autorizadas a participar do discurso público*. Ao integrar essas múltiplas abordagens é possível conceber um campo mais dinâmico, contextualizado e sensível às desigualdades estruturais que atravessam o exercício dos estudos sobre liberdade de expressão. Para romper com o torcicolo teórico, portanto, é preciso assumir um compromisso com epistemologias enraizadas, ou encruzilhadas (Rufino, 2019), capazes de tensionar e reinventar os conceitos a partir das realidades locais.

Teoria(s) em movimento, conceitos encruzilhados

A proposta parte da articulação entre uma perspectiva situada dos conceitos caros aos estudos de censura e liberdade de expressão e a abordagem de *Traveling Theory*, de Edward Said, como ferramenta para compreender como categorias como liberdade de expressão, segurança e censura se deslocam, se reinscrevem e se ressignificam entre o plano normativo global e os contextos específicos do Sul Global. *Traveling Theory* foi originalmente formulado por Edward Said em seu ensaio homônimo publicado em 1982. Nele, Said propõe que as ideias e teorias não são entidades fixas ou imutáveis; ao contrário, elas estão em constante movimento, viajando entre pessoas, contextos históricos, tradições intelectuais e condições sociopolíticas. No entanto, essa jornada das teorias não ocorre de forma neutra ou desimpedida: sua trajetória é marcada por condições de aceitação e por diferentes formas de resistência, que moldam e, por vezes, transformam profundamente seus significados e efeitos.

Segundo Said, ao serem transplantadas para novos contextos, as teorias arriscam perder parte de seu poder crítico e caráter contestador original⁵. A teoria liberal de liberdade de expressão de Stuart Mill (2017), por exemplo, foi originalmente formulada como uma defesa contundente contra a tirania da maioria e a opressão do pensamento

⁵Said cita, nessa discussão, o conceito de reificação de Georg Lukács, cuja força insurrecionária teria sido enfraquecida ao ser apropriada por círculos acadêmicos europeus, tornando-se uma versão domesticada e esvaziada de sua proposta original.

dissidente. No entanto, quando sua teoria viaja para certos contextos contemporâneos, como o discurso dominante sobre liberdade de expressão nos Estados Unidos ou em setores jurídicos e midiáticos no Brasil, ela pode ser reapropriada como justificativa para a proteção indiscriminada de discursos de ódio ou antidemocráticos, em nome de uma suposta neutralidade liberal.

Ainda assim, Said não vê esse processo como algo necessariamente negativo: em um texto posterior, *Traveling Theory Reconsidered* (2001), o autor enfatiza que a viagem das teorias pode também ativar novos potenciais radicais quando elas são reinterpretadas, atualizadas e apropriadas criativamente em novos cenários. Grupos que trabalham com segurança de jornalistas no Brasil têm se apropriado de abordagens como a de Butler (2021) para argumentar que a liberdade de expressão precisa considerar as condições materiais de possibilidade do discurso, ou seja, que não há liberdade de expressão real se determinados grupos são sistematicamente silenciados ou ameaçados. A teoria viaja, se adapta, e ganha força como instrumento de resistência prática.

Desdobrando esse horizonte conceitual, Mieke Bal (2002) propõe a noção de *conceitos viajantes*, definidos como *teorias em miniatura* que possuem maior mobilidade e plasticidade do que sistemas teóricos inteiros. Para Bal, os conceitos são ferramentas intelectuais performativas e dinâmicas que não apenas interpretam o mundo, mas constroem os próprios objetos de análise ao se deslocarem entre disciplinas, contextos históricos e geografias acadêmicas diversas. A resignificação que ocorre ao longo dessas viagens não é um empecilho, mas sim um elemento fundamental que impulsiona o diálogo interdisciplinar e permite a constituição de zonas de contato, espaços de negociação, tradução e transformação de significados entre diferentes campos do saber.

Seguindo essa trilha, Birgit Neumann e Ansgar Nünning ampliam a noção de viagem teórica ao propor quatro eixos de circulação conceitual: (1) entre disciplinas acadêmicas, (2) entre culturas acadêmicas e nacionais, (3) ao longo do tempo histórico (diacronicamente), e (4) entre sistemas funcionais distintos, como a academia, os meios de comunicação e as instituições sociais. Esses autores também chamam atenção para o papel dos agentes mediadores, ou “corretores culturais”, que facilitam ou restringem o trânsito de conceitos e teorias, influenciados por paradigmas dominantes e pelas

dinâmicas de poder dos contextos de recepção. Tal processo pode ser observado no conceito de censura, que historicamente esteve associado a formas explícitas de repressão estatal à liberdade de expressão, sobretudo em regimes autoritários. No entanto, à medida que esse conceito viaja entre disciplinas como os estudos culturais, a comunicação, o direito e a sociologia, ele adquire novas camadas de sentido.

Entretanto, a metáfora da “viagem” também carrega suas limitações. Diversos autores e autoras alertam para o risco de que a ideia de circulação teórica possa assumir uma conotação de mobilidade privilegiada, negligenciando assimetrias históricas, geopolíticas e epistemológicas que estruturam os fluxos de conhecimento. Essa crítica é particularmente relevante no contexto da América Latina, em que o deslocamento de teorias tem sido historicamente marcado por um movimento assimétrico de importação de paradigmas europeus e norte-americanos. Apesar disso, há também uma longa tradição de apropriação criativa e crítica dessas teorias, que dialogam com saberes situados e com a geocultura latino-americana, contribuindo para a formulação de epistemologias próprias. Nesse sentido, a viagem teórica pode ser pensada não apenas como deslocamento, mas como tradução ativa, reinterpretação e transformação, processos fundamentais para a renovação do pensamento crítico em contextos marcados por colonialismos epistemológicos e disputas políticas.

A proposta assume, portanto, uma postura situada e relacional, voltada à análise das formas contemporâneas de silenciamento e insegurança comunicacional no Brasil, especialmente à luz das assimetrias de poder que estruturam os fluxos globais de conhecimento e os modos de produção discursiva no Sul Global. Busca-se compreender como os conceitos de censura e liberdade de expressão circulam entre campos disciplinares, esferas institucionais, regimes midiáticos e narrativas sociais, sendo reconfigurados a partir das condições históricas locais, das heranças autoritárias e das dinâmicas comunicacionais específicas da era digital.

Considerações finais (ou uma proposta situada)

O campo de estudos sobre liberdade de expressão e censura no Brasil, particularmente em contextos de violência simbólica, digital e física, encontra-se em um momento crítico e desafiador. A crescente violação dos direitos de comunicadores, as novas formas de controle da informação nas plataformas digitais e as ameaças físicas e psicológicas impostas a profissionais da comunicação exigem uma reflexão profunda

sobre as dinâmicas atuais e as implicações de uma abordagem crítica para a segurança dos comunicadores.

O reconhecimento dos limites das categorias universalizadas e o deslocamento analítico proposto por Edward Said abrem espaço para que se pense um campo epistemológico plural, atento às fraturas sociais e aos atravessamentos de poder que moldam as experiências comunicacionais no Sul Global. Com isso, delineiam-se algumas direções possíveis para pesquisas futuras, tanto no que diz respeito aos marcos teóricos quanto aos objetos empíricos e metodologias a serem mobilizadas.

No plano teórico, propõe-se o fortalecimento de abordagens interseccionais e pós-coloniais como ferramentas críticas para repensar os fundamentos dos estudos da comunicação. Isso implica considerar a articulação entre raça, gênero, classe e território não como variáveis adicionais, mas como elementos constitutivos das formas de opressão e resistência que atravessam o campo da comunicação. Abordagens como a teoria decolonial, a antropologia da mediação, os estudos da diáspora e o pensamento afrodiaspórico latino-americano podem enriquecer esse debate ao oferecer lentes epistemológicas mais situadas, sensíveis às experiências periféricas e às vozes historicamente silenciadas.

Ainda no plano conceitual, sugere-se a mobilização da noção de conceitos encruzilhados. Isto é, categorias analíticas que não operam a partir de essências ou universalismos, mas sim como pontos de encontro entre tradições distintas, experiências locais e disputas políticas. Esses conceitos são móveis, inacabados e sensíveis às reconfigurações contextuais. Em diálogo com a ideia de *Traveling Theory*, eles permitem a construção de um vocabulário analítico mais flexível, capaz de responder à complexidade dos fenômenos contemporâneos.

Também se abrem possibilidades para investigações que analisem como diferentes atores (instituições do Estado, empresas de tecnologia, movimentos sociais, comunidades tradicionais) constroem sentidos divergentes para os termos “liberdade de expressão” e “segurança”. A análise de políticas públicas, decisões judiciais, plataformas digitais, discursos jornalísticos e práticas de resistência podem oferecer pistas importantes sobre as disputas em torno desses conceitos.

No plano metodológico, propõe-se uma postura investigativa que valorize a escuta, o deslocamento e a mediação. Trata-se de reconhecer que a produção de

conhecimento não se dá em abstração, mas em encruzilhadas geopolíticas, afetivas e epistemológicas. Metodologias colaborativas, etnografias digitais, cartografias afetivas e abordagens participativas são estratégias promissoras para se aproximar dos sujeitos e das práticas comunicacionais em sua densidade e complexidade.

Por fim, estudos futuros devem assumir um compromisso ético-político com a reinvenção do campo. Isso implica não apenas descrever os mecanismos de opressão, mas também visibilizar experiências de resistência, criar espaços para escuta de saberes subalternizados e tensionar as fronteiras entre academia, ativismo e comunicação pública. Em tempos de crise e reconfiguração, pensar criticamente os conceitos que sustentam o campo da comunicação é também uma forma de disputar seus sentidos e de imaginar outras possibilidades de liberdade.

Referências

BAL, Mieke. *Travelling concepts in the humanities: A rough guide*. University of Toronto press, 2002.

BUTLER, Judith. *Excitable speech: A politics of the performative*. Routledge, 2021.

DAWES, Simon. Breaking news–media freedom in crisis. In: *The Routledge Companion to Freedom of Expression and Censorship*. Routledge, 2023. p. 254-261.

MATEI, Candea. Comparing Freedoms: Liberal Freedom of Speech in Frontal and Lateral Perspective. In: CANDEA, M. et al. (Eds.). *Freedoms of speech : anthropological perspectives on language, ethics, and power*. Toronto: University of Toronto Press, 2025. p. 35–54.

MILL, Stuart. *Sobre a liberdade*. Editora Hedra, 2017.

NEUMANN, Birgit; NÜNNING, Ansgar. Travelling Concepts as a Model for the Study of Culture. *Travelling concepts for the study of culture*, p. 1-22, 2012.

RISSO, Carla de Araújo; RAMOS, Daniela Osvald. Yes, we have censura: censura clássica e novos tipos de censura no Brasil contemporâneo. *Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2022.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

Said, Edward. Traveling theory reconsidered. In: *Reflections on Exile and Other Literary and Cultural Essays*. London: Granta Books, pp. 436–452, 2001.

Said, Edward. Traveling theory. In: *The world, the text, and the critic*. Cambridge: Harvard, 1983.